

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIA CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MENSURAÇÃO, RECONHECIMENTO E EVIDENCIAÇÃO DO CUSTO DO
TRABALHO VOLUNTÁRIO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA INSTITUIÇÃO
FILANTRÓPICA DA CIDADE DE JUIZ DE FORA - MG

LUCAS BARBOSA NETTO

JUIZ DE FORA

2018

LUCAS BARBOSA NETTO

**MENSURAÇÃO, RECONHECIMENTO E EVIDENCIAÇÃO DO CUSTO DO
TRABALHO VOLUNTÁRIO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA INSTITUIÇÃO
FILANTRÓPICA DA CIDADE DE JUIZ DE FORA - MG**

**Monografia apresentada ao curso de Ciências
Contábeis da Universidade Federal de Juiz de
Fora, como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.**

Orientadora: Prof^ª Ma Janayna Freire

JUIZ DE FORA

2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, pelo dom da vida e por Sua sublime Graça que me guia e sustenta em todo tempo.

Aos meus pais, Catia e Luiz Antônio, por todo apoio, incentivo e amor incondicional.

Aos meus irmãos, Bruno, Luana e Ramon, que me auxiliaram e deram ânimo para o alcance desse tão sonhado objetivo.

À minha orientadora, Professora Janayna Freire, pela atenção e pelo suporte dado do início ao fim desse trabalho.

À Assistência Social Nossa Senhora da Glória, em especial à coordenadora Sandra Helena Hansen, que se mostrou interessada e colaborou de forma grandiosa para a efetuação deste trabalho.

Aos professores do Curso de Ciências Contábeis pelos conhecimentos partilhados.

Aos colegas de curso, em especial, à Leticia, que tornou o caminho até aqui mais leve e prazeroso através de grande amizade conquistada.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização dessa etapa, meus sinceros agradecimentos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, 21 de novembro de 2018

Lucas Barbosa Netto

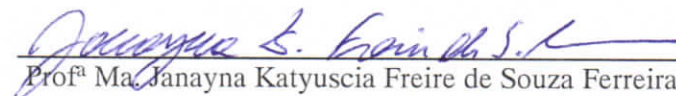
¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

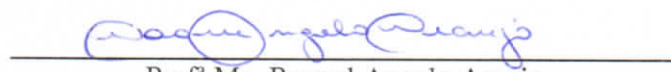
ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao 20º dia do mês de novembro de 2018, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis, do discente **LUCAS BARBOSA NETTO**, regularmente matriculado no Bacharelado em Ciências Contábeis sob o número **201478043**, intitulado **MENSURAÇÃO, RECONHECIMENTO E EVIDENCIAÇÃO DO CUSTO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DA CIDADE DE JUIZ DE FORA - MG**. Após a apresentação e conseqüente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o discente APROVADO. Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, 20 de novembro de 2018.


Profª Ma. Janayna Katyuscia Freire de Souza Ferreira
Orientadora


Profª Ma. Heloísa Baía da Costa


Profª Ma. Raquel Angelo Araujo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Quantidade de Instituições Filantrópicas por estado com CEBAS.

21

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição percentual das entidades de assistência social privadas sem fins lucrativos, segundo grandes regiões – 2006/2013/2014-2015	18
Gráfico 2: Percentual de unidades de prestação de serviços socioassistenciais privadas sem fins lucrativos, segundo unidades da federação 2014-2015.	19
Gráfico 3: Entrevistados que declararam voluntários (por faixa etária).	23

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características das Organizações do Terceiro Setor.	16
Quadro 2: Motivos subjetivos para o Trabalho Voluntário.	24
Quadro 3: Registro de doação de Serviço Voluntário.	29
Quadro 4: Registro de doação de Serviço Voluntário (mão de obra).	29
Quadro 5: Serviços Voluntários regulamentados desenvolvidos no Ambulatório da Glória.	34
Quadro 6: Exemplo de registro de reconhecimento do trabalho voluntário	37
Quadro 7: Registro após cumprimento do trabalho voluntário.	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Mensuração do serviço Voluntário.

35

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo identificar os métodos de mensuração e as formas de reconhecimento e evidenciação das receitas provenientes dos serviços prestados por voluntários regulamentados da Assistência Social Nossa Senhora da Glória, instituição reconhecida como filantrópica (portadora do Certificado de Beneficência e Assistência Social) situada na cidade de Juiz de Fora - MG. Para esse fim, foram enviados dois questionários à instituição: o primeiro contendo perguntas voltadas ao voluntariado realizado no local, além de questões relacionadas ao contexto histórico da entidade; o segundo questionário foi direcionado aos responsáveis pelas atribuições contábeis e financeiras da entidade, contendo perguntas acerca dos critérios de mensuração, reconhecimento e evidenciação das receitas oriundas do voluntariado realizado na instituição. Após coleta dos dados, a receita de trabalho voluntário foi mesurada através de valores médios por hora trabalhada para o período de 1 (um) mês. Em seguida, foram demonstrados os lançamentos contábeis relativos ao reconhecimento do voluntariado e as formas de evidenciação que constam no Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor em comparação com as práticas adotadas pela entidade estudada. Os resultados do estudo revelaram a ausência da prática de mensuração, reconhecimento e evidenciação das receitas correspondentes aos serviços doados pelos voluntários regulamentados da instituição. Foi observado também que nos demonstrativos contábeis da entidade são utilizadas nomenclaturas inadequadas àquelas utilizadas por entidades sem finalidade de lucros.

Palavras-Chaves: Trabalho Voluntário. Mensuração. Reconhecimento. Evidenciação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 O Terceiro Setor	14
2.2 As Entidades de Assistência Social Privadas Sem Fins Lucrativos no Brasil....	16
2.2.1 Entidades Filantrópicas	19
2.2.2 O Trabalho Voluntário	21
2.3 Aspectos Contábeis das Entidades Filantrópicas.....	24
2.3.1 O Tratamento Contábil do Serviço Voluntário	26
3. METODOLOGIA.....	31
4. O ESTUDO DE CASO.....	33
4.1 A Instituição e os Serviços Voluntários Recebidos	33
4.2 A Questão Contábil.....	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICES	46

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, diversas mudanças no âmbito econômico, social e cultural vêm ocorrendo, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, exigindo uma série de adequações em todos os setores e trazendo efeitos relevantes à coletividade, principalmente àquela parcela da população que ainda sofre com restrições relacionadas ao acesso a serviços básicos. Tais serviços são da direta responsabilidade dos governos e é a população que, com seus impostos, paga os recursos necessários para mantê-los (VALLA & SIQUEIRA, 1989).

A luta contra a desigualdade social ganha mais adeptos a cada dia, pois, em um mundo globalizado e capitalista, a fome e a miséria estão fortemente presentes. Essa batalha da sociedade por um mundo melhor e mais digno para todos move os voluntários no desejo de fazer pelo próximo aquilo que o Estado tem como compromisso, todavia falha por não atender a toda a demanda, deixando para trás uma lacuna que o terceiro setor tenta abreviar (ARAÚJO, 2006).

Segundo Paes (2001), o Terceiro Setor pode ser entendido como o conjunto de entidades sem fins lucrativos dotadas de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivos principais atuar voluntariamente junto à sociedade civil, visando ao seu aperfeiçoamento. Para Fernandes (1994), esse Setor se diferencia do Primeiro Setor (Governo) e do Segundo Setor (Mercado) ao mobilizar recursos privado, objetivando, prioritariamente, ações para o benefício público.

Os voluntários são pessoas que doam seus serviços à sociedade sem a intenção de receber qualquer remuneração por isso. Esses indivíduos o fazem apenas para que o usuário beneficiário de suas ações possa recuperar sua cidadania e por compreenderem a necessidade de propiciar esse resgate (ALBUQUERQUE, 2006). Esses serviços doados podem ser representados por profissionais de várias áreas, como saúde, educação e esporte entre outros, mas sempre voltados para o bem comum, para auxílio dos cidadãos mais carentes (CARDOSO, 2000).

Nesse contexto, aplica-se também ao Terceiro Setor o objetivo da contabilidade que no entendimento de Iudícibus e Marion (1999, p. 53), consiste em “(...) fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade”. A Interpretação Revisada ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, estabelece critérios e procedimentos específicos de

avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

Milani (2005) afirma que, para conquistar e fazer por merecer a credibilidade depositada por mantenedores e pela sociedade civil em geral, as instituições filantrópicas devem oferecer informações adequadas, que reflitam os resultados de suas atividades e demonstrem a utilização dos recursos recebidos. Ademais, Glaeser (2003) afirma que entidades ineficientes tendem a não mais receber recursos num mercado competitivo por doações, uma vez que o doador racional tenderá a optar pela organização que melhor satisfizer seus desejos por informações.

Levando em consideração a importância da doação voluntária para a sociedade, o presente trabalho tem como objetivo identificar os métodos de mensuração e as formas de reconhecimento e evidenciação das receitas provenientes dos serviços prestados por voluntários regulamentados da Assistência Social Nossa Senhora da Glória, instituição reconhecida como filantrópica (portadora do Certificado de Beneficência e Assistência Social) situada na cidade de Juiz de Fora - MG.

Para o alcance do Objetivo Geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Mensurar o valor monetário dos serviços voluntários prestados à Instituição, considerando a hipótese de que a entidade tenha que arcar e contratar todos esses serviços;
- Analisar o critério de reconhecimento adotado pela Instituição após esses serviços serem devidamente mensurados;
- Verificar as formas como esses serviços têm sido evidenciados e disponibilizados para os interessados através das demonstrações contábeis.

A relevância desse estudo justifica-se pelo fato de que as entidades sem fins lucrativos estão em constante crescimento em todo o mundo, sendo necessária uma abordagem do tema de maneira mais expressiva. Tendo em vista, ainda, que os serviços voluntários são fundamentais e estes agregam valor de receita para as organizações do Terceiro Setor, esse estudo pode servir como auxílio aos administradores e gestores que, por ventura, venham a identificar a necessidade de adequação aos parâmetros contábeis vigentes, além de ser útil a comunidade em geral para se conhecer a representatividade do tema e a influência econômica do voluntariado.

O estudo apresentou limitações relacionadas à existência de voluntários não regulamentados na instituição, notadamente os acordos e parcerias informais que envolvem a doação dessas atividades, os quais foram desconsiderados dos cálculos. Foi observado, também, que o Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor não contempla quaisquer custos relacionados à execução dos serviços doados, o que dificultou a aplicação desses dispêndios no estudo, como, por exemplo, os custos relativos ao transporte dos voluntários para a execução de suas atividades na instituição.

O presente trabalho está estruturado em 7 (sete) capítulos, iniciando pela Introdução, capítulo no qual se apresenta a contextualização do tema, os objetivos gerais e específicos da pesquisa, sua relevância e limitações encontradas no processo de construção do estudo. O Capítulo 2 apresenta o referencial teórico, o qual aborda a caracterização do Terceiro Setor, discorre sobre o crescimento das entidades de assistência social privadas sem fins lucrativos no Brasil, evidencia alguns dados relativos às entidades filantrópicas brasileiras e abarca, ainda, o trabalho voluntário. Nesse capítulo também são retratados os aspectos contábeis das entidades filantrópicas. O Capítulo 3 apresenta a metodologia de pesquisa empregada na elaboração desse trabalho. O Capítulo 4 traz o estudo de caso, juntamente com a apresentação da instituição analisada, as atividades voluntárias desenvolvidas pela entidade e toda a questão contábil que envolve a doação dos serviços desempenhados pelos voluntários. Por fim, o Capítulo 5 apresenta a análise dos resultados, as orientações e considerações finais. Encontram-se disponíveis após o último capítulo as referências utilizadas na construção deste estudo e os Apêndices, onde são elencados o modelo dos questionários aplicados, juntamente com o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício de 2017 da Instituição considerada no trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Terceiro Setor

A concepção de Terceiro Setor se fundamenta nas primícias da civilização humana, onde comumente havia a preocupação das pessoas em ajudar os mais carentes e desfavorecidos. As históricas organizações religiosas e étnicas influenciaram fortemente na prática do humanitarismo³ e buscaram formas de prestar esse tipo de assistência à sociedade em maior ou em menor grau. Observando esse cenário, Hudson (1999, p. 2) destaca os fundos de apoio criados pelas instituições de cunho religioso e o papel significativo que exerciam:

No decorrer da história, a caridade tem estado intimamente relacionada com o crescimento das organizações religiosas. Os ensinamentos judeus promoviam a ideia de que os pobres tinham direitos e que os ricos tinham deveres. As primeiras igrejas cristãs criaram fundos para apoio às viúvas, órfãos, enfermos, pobres, deficientes e prisioneiros. (...) No mundo islâmico, a filantropia foi usada para montar grandes hospitais. Exemplos remotos de “fundos de miséria” também partiram do islamismo, quando pacientes indigentes recebiam cinco peças de ouro assim que recebessem alta. Em resumo, o setor de caridade tem existido há longo tempo, sempre exercendo um papel significativo.

Percorrendo o contexto histórico, precisamente na fase antecedente à Revolução Industrial, a assistência mútua era característica marcante da sociedade europeia, onde até então, todo sistema de produção era realizado através da manufatura ou por técnicas artesanais, com poucas influências de processos mecanizados por mais simples que fossem. O resultado oriundo de toda produção era partilhado entre as famílias de forma coletiva, reforçando a ideia dos valores solidários presentes na sociedade da época, fato esse que não se restringia somente ao campo, sendo prática presente também em vilarejos e áreas mais urbanizadas. As concepções do homem sobre sua intervenção no espaço natural, sua postura no trabalho e sua interação com os semelhantes apoiavam-se em valores como reciprocidade, responsabilidade mútua e na ideia de que o bem-estar individual dependia do bem-estar coletivo (SOUZA, 2008).

Entre os séculos XVIII e XIX, com a chegada da Revolução Industrial na Inglaterra, houve uma drástica alteração no modo de vida dos europeus nos âmbitos econômico, social, político e cultural. Nesse momento, consolidou-se uma nova forma de organização social, o que acarretou um descontrolado crescimento urbano, tendo como principais consequências o

³ Humanitarismo - método ou conjunto de princípios humanitários; filantropismo, caridade (*Definição do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*).

aumento da prostituição, o alcoolismo, o suicídio, a violência, alta criminalidade e infanticídio, surtos de epidemia de tifo e cólera (MARTINS, 1982). O surgimento de grandes corporações e metrópoles ensejou a demanda por iniciativas sociais, públicas e privadas, destinadas à redução das mazelas relacionadas ao desenvolvimento rápido, desigual e excludente do capitalismo industrial (SOUZA, 2008). A fim de preencher a lacuna deixada pelo Estado, relacionada ao papel de amparo social em atender as necessidades da população, as instituições pertencentes ao Terceiro Setor surgiram como forma de amenizar a insuficiência dos esforços do governo em resolver essas questões (COELHO, 2002; FERNANDES, 2002).

Para Paes (2001), o Terceiro Setor é entendido como o conjunto de entidades sem fins lucrativos dotadas de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivos principais atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento. Na visão de Hudson (1999, p. 2), a existência do Terceiro Setor está ligada aos objetivos sociais das organizações, em vez de econômicos:

Terceiro Setor consiste em organizações cujos objetivos principais são sociais, em vez de econômicos. A essência do setor engloba instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras organizações voluntárias.

Uma característica básica do Terceiro Setor, de acordo com Fernandes (1994), é a mobilização de recursos privados, por meio de bens e serviços públicos que não geram lucro e respondem às necessidades coletivas. Todo superávit adquirido deve ser reinvestido nos meios para a produção dos fins estipulados, enquanto os bens e serviços devem ser consumidos pelo público alvo dessas instituições. Segundo o mesmo autor, as organizações que trabalham com essa perspectiva, sendo elas estruturadas formal ou informalmente, constituem o Terceiro Setor, que se diferencia do Primeiro Setor (Governo) e do Segundo Setor (Mercado). Complementando, Drucker (1994) pondera que essas organizações visam promover mudanças favoráveis nos indivíduos e no meio ambiente. O Quadro 1, a seguir, de Olak e Nascimento (2010, p. 7), apresenta as principais características das Organizações do Terceiro Setor (OTS):

Quadro 1 – Características das Organizações do Terceiro Setor

1.	Objetivos Institucionais	Provocar mudanças sociais (DRUKER, 1994: XIV).
2.	Principais fontes de recursos financeiros e materiais	Doações, contribuições, subvenção e prestação de serviços comunitários
3.	Lucro	Meio para atingir os objetivos institucionais e não um fim
4.	Patrimônio/Resultados	Não há participação/distribuição aos provedores.
5.	Aspectos Fiscais e Tributários	Normalmente são imunes ou isentas.
6.	Mensuração do resultado social	Difícil de ser mensurado monetária e economicamente (SUMMERS E MOSCOVE, SIMKIM).

Fonte: Olak& Nascimento (2010, p. 7)

Para Amcham (2003), a ideia de um Terceiro Setor aplica-se mais para delimitar um tipo de atuação diferenciada das instâncias de governo e mercado, mas que, embora com a mesma característica legal, é composto por um conjunto de instituições bastante diferentes quanto à filosofia de atuação, dimensões, temática e formas de intervenção.

2.2 As Entidades de Assistência Social Privadas Sem Fins Lucrativos no Brasil

O avanço das entidades sem fins lucrativos em diferentes países é significativamente afetado pelo favorecimento ou desfavorecimento da respectiva estrutura legal, porém crises políticas e econômicas assim como o desenvolvimento social disparam o seu progresso (SALAMONE TOEPLER, 2000, *apud* MILANI FILHO, CORRAR E MARTINS, 2003, p. 154)⁴. Cada região possui características próprias que devem ser criteriosamente analisadas para uma melhor compreensão dos fatores que contribuem para a expansão ou a redução das atividades dessas organizações. Nos países considerados desenvolvidos, a dimensão do Terceiro Setor é considerada expressiva (SALAMON *et al.*, 1999, *apud* MILANIFILHO, CORRAR E MARTINS, 2003, p. 154).

Os estudos de Fernandes (1994) apontam que a expressão “Terceiro Setor” começou a ser difundida no Brasil a partir da década de 80, impulsionada por pesquisas do *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project* com Leilah Ladim e Rubem César Fernandes, cientistas do Instituto de Estudos da Religião (ISER). As primeiras publicações relacionadas ao tema, segundo o mesmo autor, são: *Para além do Mercado e do Estado*⁵ e *Privado porém Público: o Terceiro Setor na América Latina*⁶. É válido ressaltar que muitos pesquisadores

⁴ MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo; CORRAR, Luiz João; ANDRADE MARTINS, Gilberto. O voluntariado nas entidades filantrópicas paulistanas: O valor não registrado contabilmente. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 6, n. 1, 2003. Disponível em: <<https://cgg-ang.unb.br/index.php/contabil/article/view/200>>. Acesso em: dezembro de 2017

⁵ LANDIM, Leilah. *Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*. Rio: ISER, Núcleo de Pesquisa. 1993.

⁶ FERNANDES, Rubem C. *Privado, porém público*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994.

citam esses dois autores pioneiros (Fernandes e Landim) quando referem-se ao termo “Terceiro Setor”.

O Novo Código Civil Brasileiro, em vigor a partir de 2013, define que as associações civis e as fundações são as duas formas jurídicas estabelecidas para contemplar as instituições sem fins lucrativos. Milani, Corrar e Martins (2003, p. 153) fazem uma interpretação objetiva dos artigos da lei e mencionam a clara distinção entre entidades com e sem finalidades lucrativas:

Objetivamente, temos:

- A associação é constituída pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos onde não há direitos e obrigações recíprocas entre os associados (Art. 53);
- A fundação é criada por um instituidor que fará uma dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina; somente poderá reconstituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência (Art 62);
- A sociedade é constituída contratualmente por pessoas que se obrigam a contribuir reciprocamente, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados (Art 981).

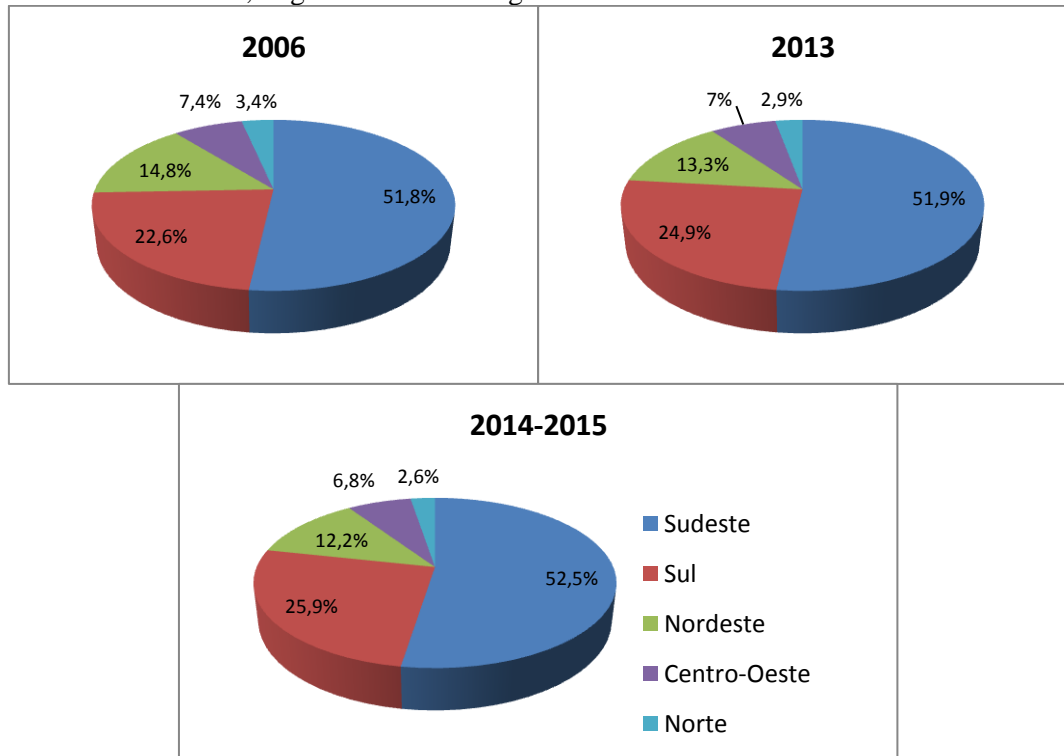
Conforme aponta Zavala (2015), através de informações fornecidas pela Rede Gife⁷ Online, o primeiro levantamento sobre o setor sem fins lucrativos realizado com dados oficiais no Brasil utilizou como referência o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2002, que cobre o universo das organizações inscritas no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica). Para o autor, um dos destaques foi que, entre 1996 e 2002, o número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos cresceram 157%, passando de 105 mil para 276 mil. Ainda segundo Zavala (2015), uma recente revisão do IBGE mostrou uma participação oficial de 1,4% na formação do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB), o que significa um montante de aproximadamente 32 bilhões de reais.

Estudos realizados pelo IBGE em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), nos anos de 2006, 2013 e 2014-2015, levantaram informações sobre a distribuição geográfica das Entidades de Assistência Social (EAS) Privadas sem Fins Lucrativos no território brasileiro. Em 2006, o número de entidades prestadoras de serviços socioassistenciais entrevistadas foi de 16.089, decrescendo para 14.791 em 2013, e por fim, caiu para 13.659 entidades nos anos de 2014-2015. O gráfico a

⁷O GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas) é a associação dos investidores sociais do Brasil, sejam eles institutos, fundações ou empresas, sendo referência no país no tema do investimento social privado. Disponível em: <https://gife.org.br/quem-somos-gife/> Acesso em Janeiro/2018.

seguir mostra os percentuais correspondentes a cada região brasileira nos anos mencionados anteriormente.

Gráfico 1 - Distribuição Percentual das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos, Segundo Grandes Regiões – 2006/2013/2014-2015

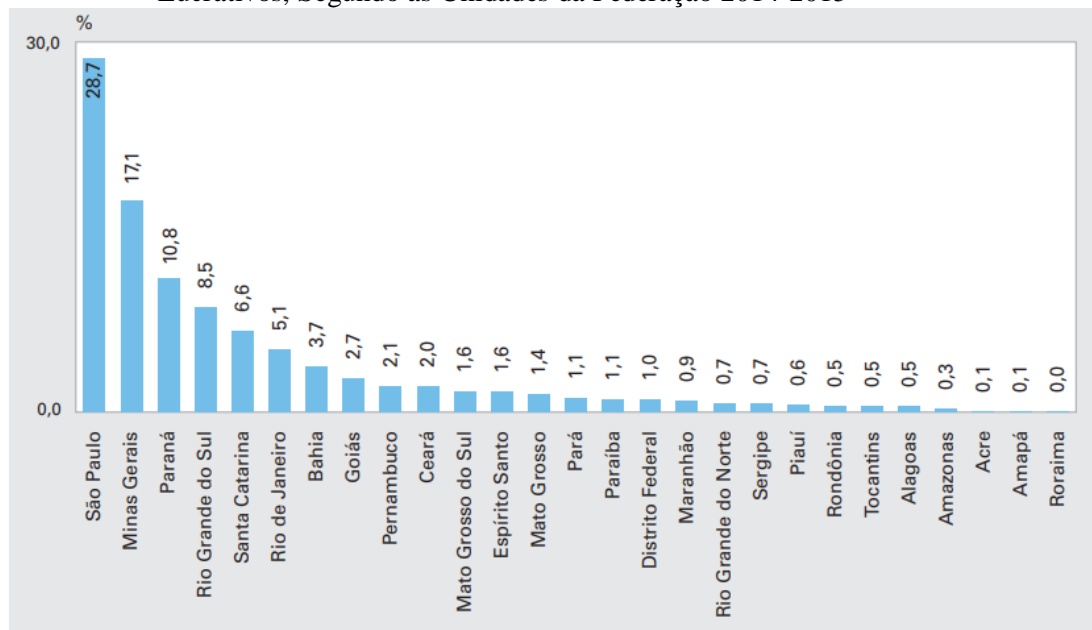


Fonte: Elaboração Própria a partir de Dados de IBGE (2006, 2013, 2014/2015)⁸

Nas três pesquisas (2006, 2013 e 2014-2015), os resultados revelam uma distribuição bastante desigual pelo território brasileiro. A Região Sudeste concentra a maior parte das entidades, seguida pela Região Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Na análise por Grandes Regiões, as informações do Gráfico 2 a seguir, demonstram que a grande concentração de entidades na Região Sudeste deve-se, principalmente, à participação do Estado de São Paulo, que reuniu 28,7% de todas as entidades do Brasil em 2014-2015. Considerando, ainda, Minas Gerais com 17,1% e Paraná com 10,8%, os três estados totalizaram mais da metade (56,6%) de todas as EAS do País em 2014-2015. O gráfico 2, a seguir, apresenta a distribuição percentual das Unidades de Prestação de Serviços Socioassistenciais segundo as Unidades da Federação para o ano de 2014-2015.

⁸ Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos (2006, 2013, 2014-2015)

Gráfico 2 – Percentual de Unidades de Prestação de Serviços Socioassistenciais Privadas Sem Fins Lucrativos, Segundo as Unidades da Federação 2014-2015



Fonte: IBGE (2014/2015)

Em outra perspectiva encontravam-se os Estados de Roraima, Amapá e Acre que juntos somavam apenas 0,2% do total de entidades de assistência social no Brasil.

Ainda segundo o levantamento da PEAS 2014-2015, as Unidades de Prestação de Serviços Socioassistenciais espalhadas por todo território brasileiro configuram um amplo conjunto de lares, orfanatos, albergues, asilos, centros de reabilitação, obras sociais diversas, casas de passagem, casas de acolhida, clubes de mães, grupos de apoio, núcleos de orientação, círculos de amigos, entre outras diferentes iniciativas sociais. Trata-se, assim, de um setor caracterizado por imensas diversidades e pluralidades, produto não só das próprias condições locais econômicas, políticas e institucionais em que se estabelece, mas também das demandas sociais e necessidades humanas com que se depara e dos tipos de respostas e resoluções que busca oferecer.

2.2.1 Entidades Filantrópicas

O significado etimológico da palavra filantropia é “amor ao ser humano”, “amor ao próximo”, especialmente no sentido de praticar o bem. Assim, entidade filantrópica é aquela que tem por missão o desenvolvimento de atividades voltadas ao bem dos indivíduos (MILANI, 2005).

As entidades sem fins lucrativos podem receber títulos e certificados do Poder Público atestando o seu caráter filantrópico, desde que observadas às exigências legais específicas. A concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS (correspondente ao antigo Certificado de Filantropia) está referida na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 (MILANI, 2005) (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2018). O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o Órgão competente para concessão ou renovação do CEBAS às organizações que possuem atuação exclusiva ou preponderante na área de assistência social.

Os requisitos para realizar o requerimento do CEBAS na área de assistência social estão previstos no art. 3º da Lei nº 12.101/2009:

Art. 3º A certificação ou sua renovação será concedida à entidade beneficente que demonstre, no exercício fiscal anterior ao do requerimento, observado o período mínimo de 12 (doze) meses de constituição da entidade, o cumprimento do disposto nas Seções I, II, III e IV deste Capítulo, de acordo com as respectivas áreas de atuação, e cumpra, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I. Seja constituída como pessoa jurídica nos termos do caput do art.1º;
- II. Preveja, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas.

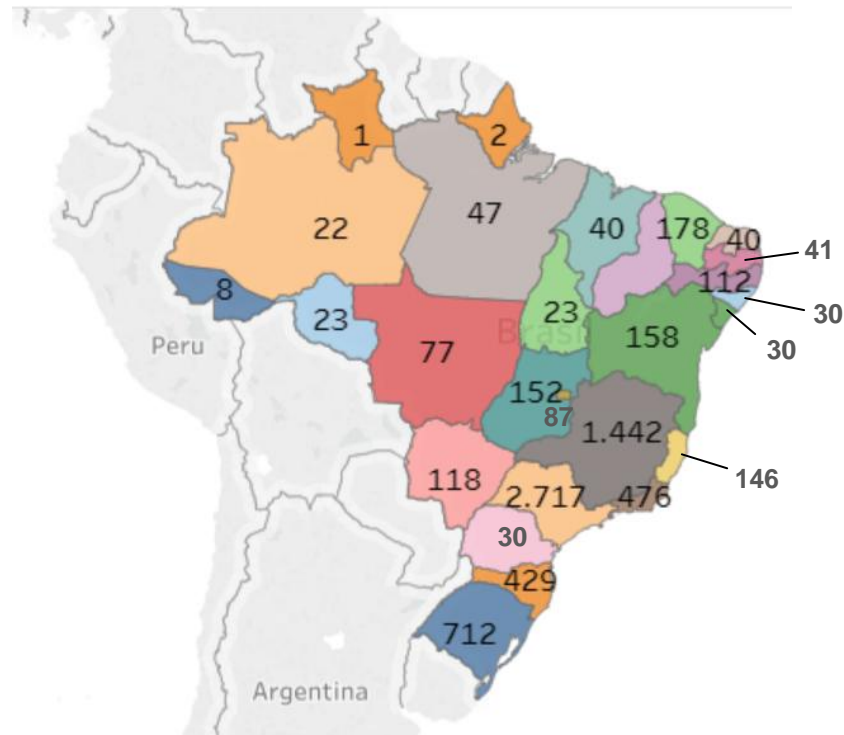
E ainda, aqueles previstos no artigo 19 da referida lei:

- I. Estar inscrita no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
- II. Integrar o cadastro nacional de entidades e organizações de assistência social de que trata o inciso XI do art.19 da Lei nº 8.742, de 7 de setembro de 1993. (O registro no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social-CNEAS ainda não está sendo exigido para fins de certificação).

De acordo com o Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF), o número de Instituições Filantrópicas brasileiras detentoras do CEBAS no ano de 2014-2015 foi de 8.007, desse total cerca de 1.442 instituições foram registradas no estado de Minas Gerais e 34 apontadas no município de Juiz de Fora.

O Fórum também trata das entidades de acordo com o tipo de serviço oferecido à sociedade e aponta que 5.221 são voltadas à assistência social, 1.393 voltadas à educação e outras 1.393 trabalham diretamente com a área da saúde. A Figura 1, a seguir, demonstra de forma mais abrangente o número de instituições filantrópicas registradas e detentoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em todo o território brasileiro:

Figura 1 – Quantidade de Instituições Filantrópicas por Estado com CEBAS



Fonte: FONIF (2014-2015). Disponível em: <http://fonif.org.br>

Observando a Figura, é possível constatar que a maior parte das instituições filantrópicas brasileiras se concentra na Região Sudeste, o que representa, aproximadamente, 4.781 entidades somente nessa região ou o equivalente a 59,72% do total. Logo em seguida, está a Região Sul com uma participação de 25,05%, a Região Nordeste com 8,24%, Centro-Oeste com 5,42% e finalmente a Região Norte com a menor atuação entre as demais, apenas 1,57% do total no Brasil. O estado de São Paulo liderou a pesquisa, com 2.717 entidades filantrópicas, seguido de Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

2.2.2 O Trabalho Voluntário

O trabalho voluntário, diferentemente do trabalho formal presente nas organizações capitalistas, tem sido definido como o esforço oferecido espontaneamente, ou a pedido, sem remuneração, por qualquer pessoa que deseja colaborar por amor, benevolência, afeto, compreensão e responsabilidade em organismos que trabalham em favor do bem-estar coletivo (GARAY, 2001).

Segundo Hudson (2004), o voluntariado é um ingrediente essencial nas entidades do Terceiro Setor, representando a força de trabalho que sustenta e revigora as atividades sociais. Atrair, treinar, motivar, administrar e manter voluntários são tarefas que desafiam qualquer gestor.

Para Dohme (2001, p. 17), voluntário é o sujeito “[...] que doa o seu trabalho, suas potencialidades e talentos em uma função que a desafia e gratifica em prol da realização de uma ação de natureza social”. Ser voluntário é, de acordo com Domeneghetti (2002), doar-se a uma causa, é ter no coração o dom do amor, o dom da caridade, da solidariedade, enfim, o dom de servir. É ter consciência de estar prestando um serviço à sociedade, ao seu próximo, cumprindo o papel de cidadão consciente.

Para Hudson (1999), o setor voluntário oferece três contribuições importantes para a sociedade: 1) representação, por contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e para os processos de integração e coesão social; 2) inovação, por incorporar ações que transformam o meio social, desenvolvendo sujeitos e comunidades; e 3) cidadania, por ser realizado a partir de ações de natureza informal e, mesmo assim, sob elevado grau de eficiência e eficácia.

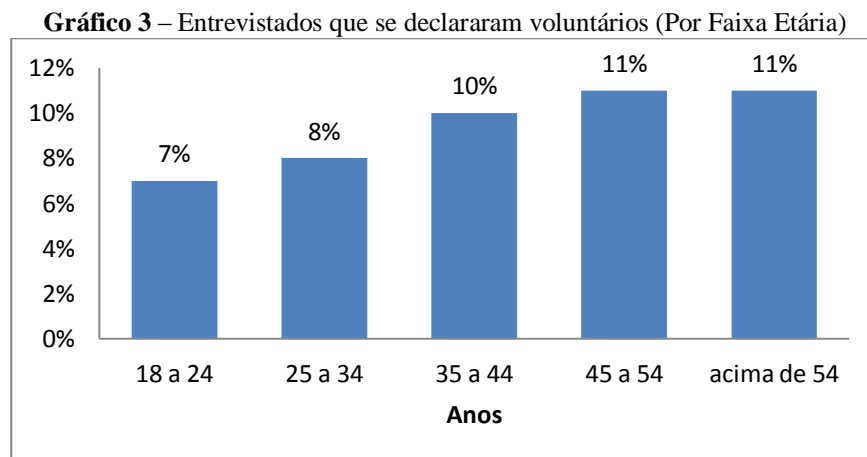
O trabalho não é meramente um esforço que alguém realiza por dinheiro, mas, sim, uma atividade que produz algo com valor para outras pessoas (KONDO, 1989). O que gera disposição para o trabalho voluntário é o sentimento altruísta, mas, até mesmo sem se dar conta, o voluntário espera usufruir algo, ainda que não seja concreto ou material. Pode-se afirmar que as pessoas se apresentam como voluntárias a fim de conseguir satisfação pela participação em um grupo, o que quer dizer que elas sentem necessidade de fazer parte de objetivos e de significados mais amplos da vida grupal, para obter a satisfação decorrente da dependência, da afeição, da situação social e da realização criadora (COHEN, 1964).

O voluntário, de acordo com a Lei n. 9.608/98 (através da redação dada pela Lei n. 13.297, de 2016), que regulamenta a atividade voluntária no Brasil, é “(...) a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa”.

De forma a regular essa relação, as entidades deverão celebrar um termo de adesão, devendo constar o objeto e as condições do seu exercício. Vale ressaltar que a Lei n. 9.608/98,

conforme expresso no Parágrafo único do Artigo 1º, diz que o serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

De acordo com Milani (2005), baseado em pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos-Marplan entre Janeiro e Dezembro de 2004, com 50.520 pessoas em nove centros urbanos (São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife e Fortaleza), no Brasil, 9% da população presta algum tipo de serviço voluntário. Destes, 53% são mulheres e 47% são homens (IPSOS-MARPLAN, 2005). No Gráfico 3, abaixo, verifica-se que a maior participação das pessoas ocorre em faixas etárias mais elevadas.



Fonte: Ipsos-Marplan (2005)

É fato, pois, que o trabalho voluntário congrega categorias de motivos altruístas, de interesse próprio e de sociabilidade, mediados por ideais religiosos, afetivos ou aflitivos, resultantes de sentimentos de culpa ou de obrigação para com o outro, ou, ainda, de sentimentos de responsabilidade (SOUZA E MEDEIROS, 2012). Estudos de McCurley e Lynch (1998) *apud* Souza e Medeiros (2012)⁹ sintetizaram os motivos do trabalho voluntário em três categorias, listando possíveis alegações pessoais para o engajamento, conforme demonstrado no Quadro 2 a seguir:

⁹SOUZA, W.J; MEDEIROS, J.P. (2012) - Trabalho voluntário: motivos para sua realização. Revista Ciências da Administração, v.14, n.33, 2012. Disponível em : <<http://www.redalyc.org/pdf/2735/273523604008.pdf>>. Acesso em: Janeiro de 2018.

Quadro 2 – Motivos Subjetivos para o Trabalho Voluntário

CATEGORIA DO MOTIVO	ALEGAÇÕES SUBJETIVAS POSSÍVEIS
Altruísta	Ajudar aos outros
	Obrigação de retribuir por algo recebido
	Dever cívico
	Convicção religiosa
	Fazer uma diferença no mundo
	Crença na causa
Interesse próprio	Adquirir experiência
	Desenvolver novas habilidades
	Construir amizades
	Causar boa impressão a alguém
	Sentir-se importante e útil
	Exibir capacidade de liderança
	Experimentar novos estilos de vida e cultura
Familiar	Prazer e alegria
	Aproximar a família
	Servir de exemplo
	Benefício e retorno próprios
	Retribuir algo recebido por membro da família

Fonte: McCurley e Lynch (1998) *apud* Souza e Medeiros (2012)

Ainda nesse contexto, Dohme (2001, p. 109 e 110) defende que a decisão de executar um trabalho voluntário pode estar relacionada a expectativas como fazer diferença, usar habilidades, desenvolver-se pessoalmente, buscar satisfação por fazer parte de um grupo, ou, ainda, estar relacionada à identificação pessoal com a causa. O autor cita os seguintes motivos de adesão ao trabalho voluntário:

- a) atingir objetivos sociais, pois, o voluntário é aquele que, além de objetivos pessoais, tem visão própria da realidade social que o circunda e projeta objetivos para a comunidade;
- b) ter uma participação efetiva na obtenção de objetivos sociais; e
- c) buscar a aceitação de um grupo e harmonia.

O trabalho voluntário parte, portanto, de motivos que impulsionam indivíduos a fazer algo pelo próximo, a disposição em se expor a situações desafiantes, que não proporcionarão retorno financeiro, mas, sim, reconhecimento, agradecimento e sentimento de que o trabalho que está sendo realizado é útil, tem valor para alguém e interfere positivamente na sociedade (SOUZA E MEDEIROS, 2012).

2.3 Aspectos Contábeis das Entidades Filantrópicas

Nas palavras de Hendriksen e Van Breda (1999), os teóricos da Contabilidade procuram responder questionamentos sob os aspectos normativos e positivos, descobrindo, assim, a melhor maneira de registrar contabilmente uma transação e como os administradores

e demais partes interessadas podem conhecer os elementos necessários para a adequada tomada de decisão. Neste contexto, aplica-se o objetivo da contabilidade que, no entendimento de Iudícibus e Marion (1999, p. 53), consiste em “(...) fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade”. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Resolução n.º 774, de 16.12.1994, item 1.4, a Contabilidade tem por objetivo:

(...) prover os usuários com informações sobre aspectos de naturezas econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios.

Nas entidades de terceiro setor, a contabilidade controla e gerencia os recursos escassos e ainda funciona como instrumento de prestação de contas à sociedade (LOUREIRO; FREITAG, 2014). Olak e Nascimento (2010, p. 52) afirmam que, no Brasil:

(...) São embrionárias, ainda, as normas e práticas contábeis que contemplam particularmente as entidades do Terceiro Setor. Além disso, as pesquisas e publicações sobre o tema são raras e apenas recentemente o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) pronunciou-se sobre o assunto, editando normas técnicas aplicáveis às organizações sem fins lucrativos.

Acerca do tema, Fabri (2013) nota que não existe um órgão internacional responsável pela emissão das normas internacionais de contabilidade para entidades sem fins lucrativos. Em função disso, cada país que adotou o IFRS¹⁰ (mais de 120) emitiu normas específicas para as entidades sem fins lucrativos, o que, segundo o autor, compromete de certa forma a convergência das regulamentações no Terceiro Setor.

As Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas (NBCT), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, específicas para o Terceiro Setor no Brasil – NBCT 10.4, NBCT 10.18 e NBCT 10.19 – foram revogadas em 2012 pela Resolução CFC n. 1.409/2012. Essa mesma resolução aprovou a Interpretação ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. Tal instrumento estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. A própria normativa estabelece que seu alcance aplica-se às pessoas jurídicas de

¹⁰ IFRS: *International Financial Reporting Standards*. São normas internacionais de contabilidade, um conjunto de pronunciamentos contábeis internacionais publicados e revisados pelo IASB (*International Accounting Standards Board*).

direito privado sem finalidade de lucros, especialmente entidade imune, isenta de impostos e contribuições para a seguridade social, beneficente de assistência social e atendimento aos Ministérios que, direta ou indiretamente, têm relação com entidades sem finalidade de lucros e, ainda, Receita Federal do Brasil e demais órgãos federais, estaduais e municipais.

No dia 02 de Setembro de 2015, O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou no Diário Oficial da União (DOU), a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 – Entidade sem finalidade de lucros. De acordo com a vice-presidente Técnica do CFC, Verônica Souto Maior, as alterações realizadas na ITG 2002 tiveram como objetivo melhor esclarecer sobre o tratamento contábil que deve ser dispensado às subvenções e ao trabalho voluntário.

Nesse sentido, muitos esforços têm sido feitos para que as entidades sem fins lucrativos espelhem sua real situação do ponto de vista econômico-financeiro e atendam aos critérios de transparência desejados, porém o caráter normativo pode condicionar os gestores dessas organizações a limitarem seus próprios instrumentos de gestão (MILANI, 2005).

Pace (2009) enfatiza que a experiência da gestão das empresas privadas e das organizações públicas tem servido de forma inadequada como referência para a gestão das entidades sem fins lucrativos. Essas entidades também definem estratégias e objetivos, medem resultados e atuações para sobreviver e desenvolver padrões legítimos e aceitos de eficiência e eficácia. No entanto, a especificidade do setor não lucrativo, observada em aspectos, tais como o financiamento, a definição dos usuários e beneficiários, a articulação entre o pessoal remunerado e os voluntários, exige uma adaptação dos conceitos e técnicas de gestão.

Como observa Martin (2002), o modelo utilizado para compreender a realidade e para tomar decisões somente será válido se oferecer as informações necessárias e suficientes às partes interessadas, e nada mais perigoso para um tomador de decisões do que trabalhar com um modelo imperfeito. Esse é o cuidado que qualquer entidade deve ter para não prejudicar a avaliação de seu desempenho e o planejamento de suas atividades.

2.3.1 O Tratamento Contábil do Serviço Voluntário

Para Bloedau e Lima (2008, p. 1), aspectos como transparência e uma correta elaboração das demonstrações contábeis são fundamentais também para os financiadores e voluntários das instituições do Terceiro Setor:

(...) essas entidades têm acesso a algumas facilidades, como o financiamento público feito através de isenção de tributos. Além destes recursos, estas entidades recebem doações e contribuições de particulares ou empresas, gerando, com isto, uma necessidade de apresentarem uma adequada prestação de contas, tanto à sociedade quanto ao fisco e aos particulares que financiam, direta ou indiretamente, suas atividades.

Porém, a análise contábil do andamento da instituição pode ser prejudicada pela imprecisão no reconhecimento do serviço voluntário ou também pela execução de métodos e técnicas contábeis retrógradas. Assim sendo, autores como Olak e Nascimento (2000) constataram que a Contabilidade, via de regra, não reconhece o serviço voluntário, seja por falta de objetividade ou, ainda, pelo um excesso de conservadorismo.

Segundo Herzlinger e Nitterhouse (1994), a omissão de valores significativos doados através de serviços ou bens materiais pode subestimar o custo das atividades desenvolvidas, também prejudicando a avaliação de desempenho da organização. Sob o aspecto normativo, as autoras citam o parágrafo 5 do FASB 12 – Contabilização de certos Valores Mobiliários (FASB 12, 1975), o qual recomenda que, se significativas, as doações de serviços devem ser registradas quando todas as circunstâncias abaixo ocorrerem simultaneamente:

- Os serviços prestados são necessários à entidade visando atender seus objetivos sociais e também poderiam ser prestados por pessoal assalariado;
- A entidade exerce total controle sobre as atividades dos voluntários;
- A entidade possui uma base objetiva para mensurar os serviços doados.

Como nota o autor Shawn H. Miller (2009), a Declaração de Padrões de Contabilidade Financeira 116 (FASB 116), emitida em 1993 pelo *Financial Accounting Standards Board* é a principal orientação relacionada ao registro da receita de contribuição por organizações sem fins lucrativos. O autor prossegue afirmando que a normativa criou novos padrões relacionados ao registro e apresentação da receita de contribuição e introduziu os termos receita restrita e ativos líquidos. Para Shawn, o principal efeito do FASB 116 foi exigir que as organizações sem fins lucrativos registrassem todas as contribuições incondicionais como receita quando a respectiva notificação fosse recebida.

Para a adequada mensuração do trabalho voluntário contratado, de acordo com o Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor¹¹ (2015), é preciso obter o valor pelo qual o trabalho seria pago, caso não fosse voluntário. A partir dessa premissa, a sugestão é de que o trabalhador voluntário informe o quanto receberia pela prestação do serviço no mercado. O

¹¹ Versão atualizada, lançada em 2015, do Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social. Disponível em http://portalcf.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf Acesso em Abril/2018.

Manual destaca que outras formas podem ser utilizadas, como, por exemplo, obter, onde houver, o valor médio cobrado por esses profissionais para trabalho da mesma complexidade, nas entidades de classe ou em outras entidades.

No tocante às formas de reconhecimento, sob o ponto de vista de Milani (2005), a normativa FASB 116 indica o reconhecimento dos serviços doados como receita quando estes forem especializados, exigindo sua contratação, caso não fossem obtidos por doação. Ademais, o autor ratifica que os mesmos não serão reconhecidos caso não existam critérios objetivos de mensuração. A entidade, ainda, deverá explicitar a natureza, a finalidade e a extensão das contribuições de serviços recebidos no período e a quantia reconhecida como receita. Essa diretriz também incentiva as entidades divulgarem em notas explicativas o verdadeiro valor das contribuições de serviços não reconhecidos como receitas.

Os estudos de Milani (2005) mencionam as orientações que constam do Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social¹², instruindo que o registro do trabalho voluntário seja realizado simultaneamente em conta de despesa, correspondente à natureza do serviço consumido, e em conta de receita, correspondente à gratuidade obtida.

A ITG 2002 recomenda, em seu item 8, que as receitas e as despesas devem ser reconhecidas respeitando-se o princípio da Competência¹³. Complementando, o item 19 estabelece que o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Olak (1996) logrou demonstrar, através de dois exemplos hipotéticos, a forma de registrar a doação de serviços profissionais (ou não profissionais) de mão de obra, prestados de forma voluntária. O primeiro deles refere-se à execução das atividades regulares e operacionais da entidade, na qual não haverá qualquer alteração, em termos financeiros, do saldo patrimonial. Sendo assim, reconhece-se a receita pelo serviço prestado voluntariamente, utilizando-se como referência o valor de mercado caso este serviço fosse contratado. O autor destaca que, nessa operação, não haverá o efetivo ingresso financeiro e o mesmo valor poderá ser lançado como despesa de mão-de-obra. No citado exemplo, Olak supõe que um contador

¹² O Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social teve a sua primeira publicação em 2003 e foi reeditado em 2008. Em continuidade a esse trabalho posteriormente seria lançado o Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor no ano de 2013.

¹³ De acordo com esse princípio as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

atue como voluntário em determinada instituição filantrópica e não cobre por seus serviços especializados cujo preço de mercado seria \$ 1.000. Os registros ficariam da seguinte forma:

Quadro 3 – Registro de Doação de Serviço Voluntário

Demonstração do Resultado do Exercício	
RECEITA DE DOAÇÕES	
Doação de serviços profissionais	\$ 1.000
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	
Honorários profissionais	(\$ 1.000)

Fonte: Adaptado de Olak (1996)

A segunda situação refere-se ao serviço voluntário com agregação de valor diretamente ao ativo imobilizado. Tal como no exemplo anterior, neste é considerado o valor de mercado dos serviços voluntários na hipótese de construção/ampliação de um edifício da organização filantrópica por meio de ação voluntária:

Quadro 4 – Registro de Doação de Serviço Voluntário (Mão de Obra)

Balanco Patrimonial	
ATIVO	
IMOBILIZADO	
Edifícios	\$ 10.000
PATRIMÔNIO SOCIAL	
DOAÇÕES	
Serviços de mão-de-obra	\$ 10.000

Fonte: Adaptado de Olak (1996)

Observa-se que há um aumento no Ativo Imobilizado pelo mesmo valor caso o serviço fosse contratado no mercado, assim ocorrendo no Patrimônio Líquido. O autor salienta que o reconhecimento do serviço voluntário não altera o resultado do exercício.

A respeito da evidenciação, a ITG 2002 em seu item 17, orienta que os registros contábeis devem ser segregados de forma a permitir a apuração das informações para a prestação de contas exigida por entidades governamentais, aportadores, reguladores e usuários em geral. No que tange à divulgação dos demonstrativos contábeis, especificamente, a Interpretação Técnica indica em seu item 27 que estes devem ser complementados por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações:

- (a) contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais;
- (b) os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;
- (c) relação dos tributos objeto de renúncia fiscal; (Alterada pela ITG 2002 (R1))
- (d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
- (e) os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos;
- (f) os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;

- (g) eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
- (h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo;
- (i) informações sobre os seguros contratados;
- (j) a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
- (k) os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil;
- (l) segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade;
- (m) todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos;
- (n) a entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados. (ITG 2002 (R1), 2015, item 27).

Na concepção de Milani (2005), administradores ou gestores de uma entidade filantrópica que desejem conhecer o custo dos serviços prestados devem, conforme demonstrado anteriormente, considerar a mão-de-obra voluntária utilizada, independente de estas serem especializadas ou não. Variáveis envolvendo o nível ótimo do voluntariado, o desempenho do voluntário ou a comparação entre duas entidades que prestam o mesmo serviço, mas apresentam relações diferentes entre a mão-de-obra voluntária e assalariada, exigem que informações básicas sobre os voluntários estejam disponíveis. Em suma, não reconhecê-las ou não divulgá-las aos usuários externos prejudica a análise da organização.

3. METODOLOGIA

A abordagem da presente pesquisa é caracterizada como de natureza qualitativa, pois esta utiliza os métodos qualitativos para explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantifica os valores e as trocas simbólicas, nem se submete à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Na vertente qualitativa, o cientista é, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto de suas pesquisas e seu conhecimento é parcial e limitado, sendo imprevisível o desenvolvimento do estudo. O objetivo da amostra é produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991).

Quanto à natureza, essa pesquisa é caracterizada como aplicada, uma vez que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Em relação aos objetivos gerais, a pesquisa é classificada como de cunho descritivo, visto que exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo (descritivo) pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). O procedimento adotado foi o de pesquisa de campo, caracterizado pelas investigações na qual, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, é realizada coleta de dados junto a pessoas, por meio de diferentes instrumentos, como pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc (FONSECA, 2002).

A instituição estudada foi a Assistência Social Nossa Senhora da Glória, conhecida também como Ambulatório da Glória, situada na cidade de Juiz de Fora – MG. Tal escolha foi baseada na demanda estabelecida pelos coordenadores e diretores internos que já identificavam a necessidade de reconhecer, mensurar e evidenciar de maneira adequada os serviços doados pelos voluntários regulamentados, conforme a Lei 9.608/98, já abordada anteriormente nesse trabalho.

Foram elaborados dois questionários, o primeiro direcionado aos membros que ocupam os cargos administrativos na instituição, contendo perguntas que abordam a caracterização da entidade estudada e os projetos desenvolvidos por ela, a fim de obter dados sólidos para efetuar a mensuração dos serviços doados. O segundo questionário foi direcionado aos responsáveis pelas atribuições contábeis e financeiras da organização. Com as respostas, foi possível identificar os critérios de reconhecimento e as formas de evidenciação

dos demonstrativos contábeis. O modelo dos questionários se encontram disponíveis para consulta nos Apêndices 1 e 2.

O valor do rendimento médio por hora trabalhada de cada profissional foi obtido através do site “Salários.com”, que utiliza informações oficiais do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), vinculado ao Ministério do Trabalho, que mensalmente divulga as contratações e demissões do mercado de trabalho formal brasileiro. Os dados fornecidos pelo Órgão Administrativo do Governo Federal recebem ordenação e tratamento adequados, realizados pelos idealizadores do site, para, após isso, serem consolidados em informações relevantes para consulta pública, bem como para estatísticas e gráficos. De acordo com informe dos administradores da própria página virtual, os valores ali demonstrados são validados e corretamente mensurados permitindo que estes sejam utilizados de diversas formas, como para planejamento de carreira, análise do mercado de trabalho, levantamento salarial, planos de cargos e salários, planilhas para políticas salariais de empresas, trabalhos acadêmicos, departamentos de recursos humanos ou análises estratégicas empresariais.

O quantitativo de horas semanais dos serviços voluntários exercidos por cada colaborador foi disponibilizado pela coordenação do Ambulatório da Glória, através do Questionário 1. Para o cálculo da receita mensal de horas doadas, foi aplicada a premissa de 52 semanas/ano, isto é, para cada mês foram consideradas 4,33 semanas, procedimento metodológico semelhante ao utilizado por Milani (2005).

De acordo com informações obtidas através do Questionário 1, a instituição arca com custos relativos ao transporte de cerca de 56% dos voluntários, para a execução dos serviços no local. Para fins de simplificação, os valores correspondentes a dispêndios dessa natureza não serão abordados nesse estudo. Tais custos, porém, serão citados na sessão 4 como fatores que devem estar presentes nos lançamentos contábeis e nas notas explicativas da entidade. Somente os voluntários que se adequam ao parâmetro da Lei 9.608/98, que regulamenta a atividade voluntária no Brasil, foram considerados na base de cálculo.

Foram solicitados à coordenação da Assistência Social Nossa Senhora da Glória o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, ambos relativos ao ano de 2017, para as análises que serão apresentadas a seguir. Esses demonstrativos constam nos Apêndices 3 e 4.

4. O ESTUDO DE CASO

4.1 A Instituição e os Serviços Voluntários Recebidos

De acordo com as informações fornecidas pela coordenação local, a Assistência Social Nossa Senhora da Glória, ou Ambulatório da Glória, como é popularmente conhecido, é uma associação civil beneficente e sem fins lucrativos. Sua fundação, ocorrida em março de 1953, é atribuída à Congregação dos Padres Redentoristas. Inicialmente, o Padre Jaime, recém-chegado de Roma, inspirou-se nos exemplos humanitários dos religiosos europeus e, determinado a cumprir sua vocação, empenhou-se em adquirir recursos holandeses para comprar o prédio onde posteriormente seriam desenvolvidas atividades voltadas ao apoio de grupos sociais em estado de vulnerabilidade. Com o apoio do vice provincial, Padre Gregório Wiets, juntamente com o Professor Salvador Bergo, Fernando Dias e Raphael Medeiros Moreira, foi fundado o Ambulatório e Dispensário Nossa Senhora da Glória, em parceria com o Círculo Operário de Juiz de Fora. Com o desligamento deste, surgiu, em outubro do mesmo ano, a Assistência Social Nossa Senhora da Glória. Desde 2004 a Instituição conta com a parceria direta das Irmãs da Congregação de Santa Catarina, que coordenam os trabalhos realizados na Obra.

A Entidade, referenciada ao CRAS Centro¹⁴ Nº ID – 31.36.700.6814 e CREAS Centro¹⁵, estimula e orienta os usuários na construção de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território, desenvolvendo o sentimento de identidade e autenticidade no âmbito social. Atua no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, visando alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade urbana. Contribui também para formação de novos projetos de vida, propicia vivências para o alcance de autonomia e que valorizem experiências que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, auxiliando no desenvolvimento da autonomia e do protagonismo social.

O Ambulatório da Glória atende, em média, 400 pessoas por mês e presta assistência gratuita às pessoas reconhecidamente carentes e em situação de vulnerabilidade social. Para todo o trabalho realizado, a entidade não recebe ajuda direta do poder público e os recursos para a manutenção das atividades desenvolvidas são obtidos por meio de parcerias, trabalho voluntário, doações diversas e dos sócios contribuintes.

¹⁴ Centro de Referência de Assistência Social

¹⁵ Centro de Referência Especializado de Assistência Social

A instituição objeto desse estudo atua em diversas áreas, tais como saúde, educação e bem-estar da comunidade onde está inserida e também atende aos demais bairros do entorno, podendo, mediante a disponibilidade de vagas, atender a qualquer interessado da cidade de Juiz de Fora que se enquadre no perfil de risco social, vulnerabilidade ou baixa renda. A coordenação ressalta que todos os participantes dos projetos oferecidos pela Assistência Social passam por avaliação socioeconômica com uma assistente social, para, posteriormente, serem encaminhados às atividades demandadas. O Quadro 5, a seguir, apresenta todos os serviços voluntários regulamentados desenvolvidos no Ambulatório da Glória:

Quadro 5 – Serviços Voluntários Regulamentados Desenvolvidos no Ambulatório da Glória

Nome do Projeto	Voluntário por Projeto
Acessoria Jurídica Gratuita	1
Bazar Beneficente	2
Fisioterapia	1
Melhor Idade em Ação	1
Obra do Berço	2
Oficina de Artesanato	1
Oficina de Corte e Costura	1
Oficina de Inclusão Digital	2
Oficina de Tricô e Crochê	1
Reforço Escolar	1
Saúde da Família – Acupuntura	1
Saúde da Família - Endocrinologia	1
Saúde da Família – Psiquiatria	1
Saúde Mental – Psicologia	17
Terapia Holística	1
TOTAL	34

Fonte: Elaboração própria

Os projetos realizados no Ambulatório da Glória acontecem de segunda a sexta-feira, nos horários de 07:30hs às 11:30hs e de 13hs às 17hs, exceto feriados. A descrição de cada projeto, seu impacto na vida dos beneficiados, idade dos voluntários, gênero, formação, bem como o papel desempenhado no projeto, periodicidade do voluntariado e possível existência de algum custo na execução dos serviços às expensas da instituição estão disponíveis no Apêndice 1, através do Questionário 1.

4.2 A Questão Contábil

A análise desenvolvida no Estudo de Caso considerou separadamente os três aspectos contábeis, a saber, Mensuração, Reconhecimento e Evidenciação, abordando primeiramente os métodos de mensuração do voluntariado exercido na instituição.

Nesse primeiro aspecto, de acordo com o Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor (2015), é preciso obter o valor pelo qual o trabalho seria pago, caso não fosse voluntário. A sugestão é o trabalhador voluntário informar quanto receberia pela prestação do serviço no mercado. O Manual destaca que outras formas podem ser utilizadas, como, por exemplo, obter, onde houver, o valor médio cobrado por esses profissionais para trabalho da mesma complexidade, nas entidades de classe ou em outras entidades. A forma adotada para esse Estudo de Caso contempla os valores dos rendimentos médios por hora trabalhada, extraídos do site Salários.com, multiplicados pelas horas mensais prestadas por cada voluntário na Instituição.

O levantamento da carga horária do voluntariado foi realizado através de entrevista estruturada (Questionário 1), direcionada aos coordenadores/diretores da instituição. O mesmo questionário trata de questões internas acerca dos projetos, do perfil dos voluntários e de toda parte institucional.

A Tabela 1, a seguir, apresenta as funções exercidas pelos voluntários na entidade, a quantidade de horas médias semanais obtidas através do controle interno da instituição, o valor médio da hora trabalhada no mercado e a receita mensal dos serviços doados, considerando o mês com 4,33 semanas, metodologia semelhante a utilizada por Milani (2005):

Tabela 1 – Mensuração do Serviço Voluntário

Voluntário	Função	Horas Semanais (h)	Valor médio da Hora no mercado	Receita mensal serviços doados
1	Instrutor de Informática	5	R\$ 9,85	R\$ 213,25
2	Instrutor de Informática	2	R\$ 9,85	R\$ 85,30
3	Costureiro	3	R\$ 5,63	R\$ 73,13
4	Artesão	3	R\$ 5,85	R\$ 75,99
5	Tricoteiro	3	R\$ 6,79	R\$ 88,20
6	Fisioterapeuta	4	R\$ 19,19	R\$ 332,37
7	Psiquiatra	3	R\$ 64,74	R\$ 840,97
8	Endocrinologista	3	R\$ 65,00	R\$ 844,35
9	Acupunturista	3	R\$ 10,11	R\$ 131,33
10	Psicólogo	3	R\$ 14,68	R\$ 190,69
11	Psicólogo	3	R\$ 14,68	R\$ 190,69
12	Psicólogo	3	R\$ 14,68	R\$ 190,69
13	Psicólogo	3	R\$ 14,68	R\$ 190,69
14	Psicólogo	3	R\$ 14,68	R\$ 190,69
15	Psicólogo	3	R\$ 14,68	R\$ 190,69
16	Psicólogo	3	R\$ 14,68	R\$ 190,69
17	Psicólogo	3	R\$ 14,68	R\$ 190,69
18	Psicólogo	6	R\$ 14,68	R\$ 381,39
19	Psicólogo	3	R\$ 14,68	R\$ 190,69
20	Psicólogo	3	R\$ 14,68	R\$ 190,69
21	Psicólogo	3	R\$ 14,68	R\$ 190,69
22	Psicólogo	3	R\$ 14,68	R\$ 190,69
23	Psicólogo	3	R\$ 14,68	R\$ 190,69

24	Psicólogo	3	R\$	14,68	R\$	190,69
25	Psicólogo	3	R\$	14,68	R\$	190,69
26	Psicólogo	3	R\$	14,68	R\$	190,69
27	Advogado	1	R\$	20,36	R\$	88,16
28	Professor	3	R\$	11,81	R\$	153,41
29	Fisioterapeuta	3	R\$	19,19	R\$	249,28
30	Costureiro	4	R\$	5,63	R\$	97,51
31	Costureiro	4	R\$	5,63	R\$	97,51
32	Terapeuta Naturalista	3	R\$	8,69	R\$	112,88
33	Ajudante	10	R\$	5,41	R\$	234,25
34	Ajudante	10	R\$	5,41	R\$	234,25
TOTAL MENSAL RECEITA DE SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS:					R\$	7.384,64

Fonte: Elaboração Própria

Ao final da tabela, é apresentado o valor total mensal da Receita auferida com as doações dos serviços voluntários na Assistência Social Nossa Senhora da Glória. A partir dos valores alcançados, o procedimento seguinte é reconhecer, através dos devidos lançamentos contábeis, o valor do trabalho voluntário mensurado. Cabe ressaltar que, de acordo com informações obtidas através do primeiro questionário, a instituição arca com custos relativos ao transporte de cerca de 56% dos voluntários para a execução de suas atividades. Esses custos não serão apresentados nesse estudo, porém é sabida sua relevância e os mesmos devem ser adequadamente mensurados, reconhecidos e evidenciados nas demonstrações contábeis, exercendo papel redutor nas receitas provenientes dos serviços doados.

O Questionário 2, que aborda as questões contábil-financeiras da entidade, disponível no Apêndice 2, revelou que todas as receitas relativas aos serviços voluntários doados não são mensuradas pela instituição objeto desse estudo, o que impossibilitou que fossem demonstrados os métodos de mensuração adotados pelos responsáveis. Segundo os profissionais que respondem pelos assuntos contábeis da entidade, há desconhecimento sobre a legislação pertinente.

Quanto às formas de reconhecimento, tomando como base as instruções contidas no Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor, é aconselhável que o registro do trabalho voluntário seja realizado simultaneamente em conta de despesa, correspondente à natureza do serviço consumido, e em conta de receita, correspondente à gratuidade obtida.

Milani (2005) corrobora com esse entendimento quanto à adequada maneira de se reconhecer os esforços doados e, através da normativa FASB 116, indica que esses devem ser identificados como receita quando de caráter especializado e cuja contratação seja necessária caso não haja doação. O autor também ratifica que os mesmos não serão reconhecidos se não houver critérios objetivos de mensuração. A entidade, ainda, deverá explicitar a natureza, a

finalidade e a extensão das contribuições de serviços recebidos no período e a quantia reconhecida como receita. Essa diretriz também incentiva as entidades a divulgar em notas explicativas o verdadeiro valor das contribuições de serviços não reconhecidas como receitas.

A fim de exemplificar essa questão, serão demonstrados, de acordo com as orientações do Manual para o Terceiro Setor, os registros contábeis relativos ao reconhecimento do trabalho voluntário executado na Instituição Filantrópica Assistência Social Nossa Senhora da Glória, após sua mensuração anteriormente apresentada. Os valores aqui exibidos são correspondentes às atribuições do Voluntário 1, conforme apontado na Tabela 1 – Mensuração do Serviço Voluntário. A essência dos lançamentos será a mesma para os demais voluntários, devendo adaptar-se a esse modelo de registros contábeis apenas o tipo do serviço doado.

Quadro 6 – Exemplo de Registro de Reconhecimento do Trabalho Voluntário

DESPESAS		
D-	Remuneração de Pessoal sem vínculo empregatício Trabalho voluntário Instrutor de Informática	R\$ 246,25
PASSIVO CIRCULANTE		
C-	Outras obrigações Trabalho profissional voluntário Instrutor de Informática	R\$ 246,25

Fonte: Elaboração Própria

O mesmo Manual afirma que, em função da natureza do trabalho voluntário, não é presumível a exigência da contribuição patronal da previdência social. Por essa razão, não é estimado nem reconhecido o valor da contribuição patronal, ainda que pudesse ser reconhecida a renúncia fiscal. O parágrafo único do Art. 1º da Lei n.º 9.608/98 disciplina que “o serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim”.

Por sua vez, a extinção da obrigação do trabalho voluntário ocorre com a transferência para o resultado, em função do cumprimento da cláusula contratual, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 7 – Registro Após Cumprimento do Trabalho Voluntário

PASSIVO CIRCULANTE	
D- Outras obrigações	R\$ 246,25
Trabalho profissional voluntário	
Instrutor de Informática	
VARIações PATRIMONIAIS	
C- Variações patrimoniais	R\$ 246,25
Benefícios obtidos	
Obtenção de serviços voluntários	
Atividade de Instrução de Informática	

Fonte: Elaboração Própria

Aqui, cabe ressaltar que a ITG 2002, recomenda, em seu item 8, que as receitas e as despesas devem ser reconhecidas respeitando-se o princípio da Competência. Complementando, o item 19 estabelece que o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, isto é, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Pelo fato de a Associação estudada não mensurar os serviços voluntários desempenhados em suas dependências, conseqüentemente, não há registros contábeis internos relativos ao reconhecimento dessa prestação.

A respeito das formas de evidenciação, a ITG 2002, em seu item 17, orienta que os registros contábeis devem ser segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, aportadores, reguladores e usuários em geral. Mais especificamente, no tocante à divulgação dos demonstrativos contábeis, a Interpretação Técnica menciona que estes devem ser complementados por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações: contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais; os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos, relação dos tributos objeto de renúncia fiscal (alterada pela ITG 2002 (R1)), entre outras.

A Instituição estudada elabora Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, disponíveis nos Apêndices 3 e 4 . O questionário contábil respondido evidenciou que a contabilidade da instituição é feita por escritório externo, através de setor denominado Conselho Fiscal.

A coordenação da Assistência Social Nossa Senhora da Glória também foi questionada a respeito da auditoria de seus demonstrativos contábeis e os respondentes

afirmaram que tal procedimento não é adotado. O Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor afirma que o principal objetivo da auditoria é conferir credibilidade aos usuários das demonstrações contábeis elaboradas pela administração da entidade. A necessidade de que as demonstrações contábeis sejam auditadas por auditores independentes pode ser atribuída, ainda a outros fatores, tais como: conflito de interesses, complexidade técnica, substituição de dirigentes, entre outros. Segundo o Manual, a obrigatoriedade do processo de auditoria em entidades filantrópicas se aplica aos casos de receita superior a R\$ 2,4 milhões e nos casos de entidades de grande porte. Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos da Lei n.º 11.638/2007, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que possuir, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Aqui, cabe ressaltar que a obrigatoriedade de auditoria nessas instituições pode ser estendida a outros casos não demonstrados nesse estudo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo é identificar os métodos de mensuração e as formas de reconhecimento e evidenciação das receitas provenientes dos serviços prestados na Assistência Social Nossa Senhora da Glória por voluntários regulamentados. Para tanto, foram elaborados dois questionários, o primeiro direcionado aos membros que ocupam os cargos administrativos na instituição, contendo perguntas que abordam a caracterização da entidade estudada e os projetos desenvolvidos por ela, a fim de obter dados sólidos para embasar a mensuração dos serviços doados. O segundo foi direcionado aos responsáveis pelas atribuições contábeis e financeiras da organização.

Com as respostas, foi possível identificar o não reconhecimento das receitas provenientes dos serviços voluntários, o que impacta diretamente no resultado do exercício da instituição estudada. Segundo Herzlinger e Nitterhouse (1994), a omissão de valores significativos doados através de serviços ou bens materiais poderiam subestimar o custo das atividades desenvolvidas, prejudicando, também, a avaliação de desempenho da organização.

Observou-se, nos demonstrativos contábeis da entidade, a adequada estruturação das contas patrimoniais e de resultado, organizadas por grupo de contas com características semelhantes, valores relativos ao exercício anterior para fins de comparabilidade, entre outros aspectos que estão em consonância com a legislação vigente. Porém, esses documentos não retratam com fidedignidade a realidade contábil da instituição, uma vez que não contemplam quaisquer valores relativos aos serviços doados.

Além disso, outras falhas foram identificadas nos demonstrativos contábeis, relativas às terminologias utilizadas. Constam desses documentos expressões usuais nas entidades com finalidade de lucros. De acordo com o Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor, ao reconhecer que algumas práticas contábeis para Entidade sem Finalidade de Lucros são distintas, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) estabelece, entre essas práticas, que terminologias, formas de registro e evidenciação de fatos e transações dessas entidades sejam tratadas de forma específica. A título de exemplo, é estabelecido que: (a) as terminologias Patrimônio Social, Superávit e Déficit sejam utilizadas em substituição às Capital Social, Lucro e Prejuízo, respectivamente; (b) serviço voluntário e renúncia fiscal sejam reconhecidas de forma permutativa, em contas de receita e despesa, transitando pelo passivo.

A instituição estudada mostra-se transparente no que tange aos valores de entradas e saídas, disponibilizando esses demonstrativos para quaisquer voluntários e demais

interessados. Para Bloedau e Lima (2008), aspectos como transparência e uma correta elaboração das demonstrações contábeis são fundamentais também para os financiadores e voluntários das instituições do Terceiro Setor. Para ele, essas entidades que têm acesso a algumas facilidades, como o financiamento público feito através de isenção de tributos, que recebem doações e contribuições de particulares ou empresas, entre outras, possuem o compromisso de apresentar uma adequada prestação de contas, tanto à sociedade quanto ao fisco e aos particulares que financiam, direta ou indiretamente, suas atividades.

Através do Questionário 2, ficou constatado que a instituição não audita suas demonstrações contábeis, porém a legislação vigente não estabelece obrigatoriedade para o perfil econômico da entidade objeto desta pesquisa.

O estudo apresentou limitações relacionadas ao fato de existirem voluntários não regulamentados na instituição, acordos e parcerias informais que envolvem a doação dessas atividades e que não foram consideradas nos cálculos. Também foi observado que o Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor não contempla quaisquer custos relacionados à execução dos serviços doados, o que dificultou a aplicação desses dispêndios no estudo, como por exemplo, os custos relativos ao transporte dos voluntários para a execução de suas atividades na instituição. Trabalhos futuros podem ser elaborados considerando todos esses fatores em outras entidades filantrópicas.

Os resultados desse trabalho serão apresentados à instituição analisada, a qual demonstrou grande interesse em melhorar a qualidade das informações contábeis que já são elaboradas. Sugere-se que a entidade busque regulamentar todos os voluntários e tenha um controle interno a respeito dos acordos e parcerias firmadas para que, posteriormente, as receitas adquiridas com esses serviços sejam também mensuradas, reconhecidas e evidenciadas nas demonstrações contábeis. É recomendável, ainda, que o plano de contas do Balanço Patrimonial e algumas nomenclaturas inadequadas presentes na Demonstração do Resultado do Exercício sejam ajustados àquelas apropriadas às entidades filantrópicas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro. **Terceiro Setor: História e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006. 151 p.

ALVES, Mário Aquino. **Terceiro setor: o dialogismo polêmico**. Tese apresentada ao curso de pós-graduação da FGV-EAESP. São Paulo: FGV-EAESP, 2002.

AMCHAM. **U.S. Chamber of Commerce of Amazonas**. Disponível em: <<http://www.amcham.org.br>> Acesso: 26/03/2018.

ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2006.

BLOEDAU, Alexandre Von, LIMA, Laerte Magalhães. **Importância da contabilidade para o terceiro setor**. Revistas das ONGs. São Paulo: Ed. M.A.S., n. 21, Fev. 2008. Disponível em: <http://www.revistadasongs.com.br/como_montar_ong.php?ed=27>. Acesso: 16/04/2018.

BRASIL. (2003). **Novo Código Civil**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%C3%B3digo%20Civil%2020ed.pdf>> Acesso: 18/09/2018

_____. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. **Lei do Serviço Voluntário**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm> Acesso: 06/04/2018.

_____. Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. **Certificação das entidades beneficentes de assistência social**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm> Acesso: 23/04/2018.

CARDOSO, R. **3º Setor - Desenvolvimento social sustentado**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COELHO, S. de C. T. **Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. 2. ed. São Paulo. Senac S.P. 2002.

CFC. **CFC publica alterações que impactam no registro contábil de entidades sem fins lucrativos**. Disponível em: <<http://cfc.org.br/noticias/itg-2002-cfc-publica-mudancas-na-contabilidade-do-terceiro-setor/>> Acesso: 14/04/2018.

CFC. **Manual de procedimentos contábeis para fundações e entidades de interesse social**. Brasília: CFC. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf> Acesso: 20/05/2018.

CFC. **Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1)**, de 21 de Agosto de 2015. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/itg2002\(r1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/itg2002(r1).pdf)> Acesso: 14/04/2018.

COHEN, Natan E. **O papel do voluntário na sociedade moderna**. Lisboa: Fundo de

Cultura, 1964.

DESLAURIERS, j.-P. (1991). **Recherche qualitative- Guide pratique**. Montreal: Mc Graw-Hill.

DOHME, Vânia D' Angelo. **Voluntariado – equipes produtivas: como liderar ou fazer parte de uma delas**. São Paulo: Mackenzie, 2001.

DOMENEGHETTI, Ana Maria. **Definição, tipificação e implantação do setor de voluntários**. In: PEREZ, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). *Voluntariado e a gestão das políticas sociais*. São Paulo: Futura, 2002.

DRUCKER, Peter F. (1994). **Administração de organizações sem fins lucrativos: Princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira.

FABRI ANDRE (2013). **Normatização das entidades sem fins lucrativos**. Disponível em: <http://www.essenciasobreaforma.com.br/colunistas_base.php?id=132> Acesso: 14/04/2018.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado, porém público: o Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - FASB. (1975). **Statement of Financial Accounting Standards N° 12, Accounting for certain marketable securities**. Illinois: FASB.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONIF. **Filantropia no Brasil**. Disponível em: <<http://fonif.org.br/filantropia-no-brasil/>> Acesso: 12/04/2018.

GARAY, A. B. S. **Voluntariado empresarial: modismo ou elemento estratégico?** In: XXV Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ENANPAD. 2001, Campinas/SP. Anais. Campinas/SP: ANPAD, 2001.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. (2009). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

GLAESER, Edward (Org.). (2003). **The governance of not-for-profit organizations**. Chicago: The University of Chicago Press.

HENDRIKSEN, Eldon S. & VAN BREDA, Michael F. (1999). **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas.

HUDSON, Mike. **Administrando Organizações do Terceiro Setor: o desafio de administrar sem receita**. São Paulo: Makron Books, 1999.

HUDSON, Mike. (2004). **Administrando organizações do terceiro setor**. São Paulo: Pearson.

IBGE. (2006). **As Entidades de Assistência Social Privadas Sem Fins Lucrativos no**

Brasil. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37077.pdf>>
Acesso: 18/01/2018.

IBGE. (2013). **As Entidades de Assistência Social Privadas Sem Fins Lucrativos no Brasil.** Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Assistencia_Social_Privada_Sem_Fins_Lucrativos/2013/peas2013.pdf>
Acesso: 18/01/2018.

IBGE. (2014-2015). **As Entidades de Assistência Social Privadas Sem Fins Lucrativos no Brasil.** Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94686.pdf>>
Acesso: 18/01/2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade: para o nível de graduação.** São Paulo: Atlas, 1999.

KONDO, Y. **Motivação humana.** 3. ed. São Paulo: Gente, 1989.

LANDIM, Leilah. **Para Além do Mercado e do Estado?** Filantropia e Cidadania no Brasil. Rio: ISER, Núcleo de Pesquisa. 1993.

LOUREIRO, Gudrian Marcelo; FREITAG, Viviane da Costa. **Contabilidade Para Entidades Sem Fins Lucrativos.** 1. ed. São Paulo: Editora Intersaberes, 2014.

MARTIN, Nilton C. (2002). **Da controladoria à contabilidade: a evolução necessária.** Revista Contabilidade e Finanças, São Paulo: Fipecafi e FEA/USP, n.28, p. 7-28, jan./abr.

MARTINS, C. B. **O que é Sociologia?** São Paulo: Brasiliense, 1982.

McCURLEY, S.; LYNCH, R. **Essencial volunteer management.** 2. ed. Londres: The Directory of SocialChange, 1998.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Certificação de Entidades de Assistência Social – CEBAS.** Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/entidade-de-assistencia-social/certificacao-de-entidades-beneficentes-de-assistencia-social-cebas>. Acesso: 18/09/2018.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo; CORRAR, Luiz João; ANDRADE MARTINS, Gilberto. **O voluntariado nas entidades filantrópicas paulistanas: O valor não registrado contabilmente.** Revista Contabilidade, Gestão e Governança, v. 6, n. 1, 2003. Disponível em: <<https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/200>>. Acesso: Dezembro de 2017.

MILANI, Marco Antônio Figueiredo (2005). **Estimativa e Contabilização do Trabalho Voluntário em Organizações Filantrópicas.** IX Congresso Internacional de Custos - Florianópolis, SC, Brasil. Disponível em:
<<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/1935/1935>> Acesso: 13/04/2018.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor): inclui capítulos sobre contabilidade por fundos.** 3. Ed São Paulo: Atlas, 2010.

PACE, Eduardo Sérgio Ulrich. **Metodologias de Avaliação de Desempenho com a Criação de Valor como Contribuição ao Planejamento das Organizações sem Fins Lucrativos**. São Paulo, 2009. 395p. Tese Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

PAES, José E. S. (2001). **Fundações e Entidades de Interesse Social: Aspectos Jurídicos, Administrativos e Tributários**. Brasília: Brasília Jurídica.

PORTAL CFC. **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade**. Disponível em: < http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Livro_Principios-e-NBCs.pdf> Acesso: 23/08/2018.

SHAW H. MULLER (2009). **Noções básicas de contabilidade sem fins lucrativos**. Disponível em: <<https://www.nonprofitaccountingbasics.org/contributions-financial-statementsreporting/fas-116>> Acesso: 18/06/2018.

SIGNIFICADOS. **Significado INSS**. Disponível em: < <https://www.significados.com.br/inss/>> Acesso: 15/10/2018.

SIGNIFICADOS. **Significado FGTS**. Disponível em: < <https://www.significados.com.br/fgts>> Acesso: 15/10/2018.

SOUZA, W.J; MEDEIROS, J.P. (2012). **Trabalho voluntário: motivos para sua realização**. Revista Ciências da Administração, v.14, n.33, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2735/273523604008.pdf>>. Acesso: 15/01/2018.

SOUZA, W. J. **O mundo que nós perdemos: da solidariedade pré-industrial à economia solidária**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. 32., 2008, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2008.

SOUZA, W. J. **Responsabilidade Social e Terceiro Setor**. Texto do Curso de Graduação em Administração na modalidade EaD. Natal: SEDIS-UFRN, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLA, V. V. & SIQUEIRA, S. A. V., 1989. **Centro municipal de saúde e participação popular**. In: Demandas populares, políticas públicas e saúde (N. R. Costa, org.), vol. 1, pp. 91-116. Petrópolis: Vozes/Abrasco.

ZAVALA. **Parceiros Voluntários**. Disponível em < <http://www.parceirosvoluntarios.org.br>> Acesso em 26. Mar.2018.

APÊNDICES

Apêndice 1: Questionário 1 – Informações Sobre o Voluntariado na Instituição

Apresentação: Estamos realizando uma pesquisa sobre “O reconhecimento, a mensuração e a evidenciação do custo do trabalho voluntário” e gostaríamos de contar com a sua colaboração na coleta de dados para a análise.

Os respondentes ***NÃO SÃO IDENTIFICADOS E OS RESULTADOS DESTA PESQUISA TEM CARÁTER ESTRITAMENTE ACADÊMICO E SÃO SIGILOSOS.***

Dados solicitados

- 1) Informações sobre a Instituição, tais como:
 - Institucional: estrutura de organização administrativa (matriz/mantenedora), trabalhos que realiza, etc.

- 2) A Lei n. 9.608/98 (através da redação dada pela Lei n. 13.297, de 2016), regulamenta a atividade voluntária no Brasil. Segundo ela as entidades beneficentes deverão celebrar aos voluntários ingressantes um termo de adesão, devendo constar o objeto e as condições do seu exercício. A Assistência Social Nossa Sra. Da Glória dispõe desse termo de adesão dos voluntários?
 - () Sim, todos os voluntários o possui
 - () Sim, porém nem todos voluntários o possui
 - () Não, nenhum voluntário o possui.

- 3) Informações sobre os Projetos desenvolvidos na Assistência Social Nossa Sra. Da Glória (**Listar por projeto**)

Nome do Projeto: Oficina de Inclusão Digital
Parceiro(s) Externo(s) (se houver): -
Data de início do Projeto: Mês/Ano 07/2018
<p>Atividades Desenvolvidas:</p> <p>Neste serviço o usuário tem acesso a tecnologia da informação de forma a permitir a inserção de todos na era da inclusão digital, simplificar sua rotina diária, maximizar o tempo e as suas potencialidades.</p>
<p>Profissionais/acadêmicos envolvidos</p> <p>Voluntário 1</p> <p>Idade:</p> <p>Gênero:</p> <p>Formação:</p> <p>Função:</p> <p>Periodicidade das Atividades:</p> <p>Custo do Serviço:</p> <p>(<input type="checkbox"/>) 100% voluntários (sem encargos financeiros para a Obra).</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Há algum custo por parte da Instituição (ex: transporte, alimentação, ajuda de custo). Qual: _____</p>

4) Informações Financeiras da Instituição

Últimos Demonstrativos Financeiros (mensal, trimestral ou anual) da Instituição – Balanço, Resultado, Notas Explicativas (se houverem), etc.

Apêndice 2: Questionário 2 – Informações Contábil-Financeiras

Apresentação: Estamos realizando uma pesquisa sobre “O reconhecimento, a mensuração e a evidenciação do custo do trabalho voluntário” e gostaríamos de contar com a sua colaboração na coleta de dados para a análise.

Os respondentes ***NÃO SÃO IDENTIFICADOS E OS RESULTADOS DESTA PESQUISA TEM CARÁTER ESTRITAMENTE ACADÊMICO E SÃO SIGILOSOS.***

1) A contabilidade da Instituição é feita por:

- Setor Financeiro Interno da instituição
 Escritório Contábil Externo
 Profissional Liberal Externo

2) Caso seja elaborada por escritório/profissional externo, existe um setor interno para análise financeira e/ou de resultado da Instituição:

- Não Sim. Qual nome(s) do(s) setor(es): Conselho Fiscal

3) Como as Demonstrações Financeiras são elaboradas:

- consolidadas a Nível Nacional
 consolidadas a Nível Regional (Ex: Sudeste)
 por Obra/cidade
 Outra: _____

4) A Instituição possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS?

- Não Sim.

5) O serviço voluntário é reconhecido/contabilizado nas Demonstrações Financeiras?

- Não
 Sim.
 Parcialmente.

Se a resposta para a pergunta 5 for “SIM” ou “PARCIALMENTE” responder pergunta 5.1 e 5.2

5.1 Quais serviços voluntários são reconhecidos (pode marcar mais de 1 opção):

- Serviços Profissionais exercidos por terceiros Pessoa Física (Ex: Advogado, contador, médico)
 Serviços Profissionais exercidos por terceiros Pessoa Jurídica (Ex: Escritório de Advocacia/contabilidade)
 Serviços Educacionais exercidos por Terceiros Pessoa Física (EX: Professores, instrutores, acadêmicos, estagiários)
 Projetos de Extensão desenvolvidos em parceria com Instituições de Ensino ou Profissionais (Universidades, conselhos/órgãos de classe)

() Outros Serviços: _____

5.2 Os critérios de reconhecimento e mensuração dos **serviços voluntários** e a evidenciação dos registros contábeis são elaborados de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002?

() Não () Sim.

Se a resposta para a pergunta 5 for “NÃO” ou “PARCIALMENTE” responder pergunta 5.3

5.3 Porque não reconhece totalmente os serviços voluntários (pode marcar mais de 1 opção):

() Desconhecimento sobre a legislação pertinente

() Dificuldade de Critérios de Mensuração

() Falta de informações fornecidas por parte dos responsáveis administrativos da instituição

() Outros motivos: _____

6 As Demonstrações Contábeis são auditadas por auditor independente?

() Não () Sim.

Apêndice 3: Balanço Patrimonial Assistência Social Nossa Senhora da Glória Exercício 2017.

ASSISTENCIA SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLORIA(00096)			
Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2017		Diário: 21	Folha: 64
Descrição	Classificação	Exercício Anterior	Exercício Atual
ATIVO (10000)			
CIRCULANTE (11000)			
CAIXA (11100)			
CAIXA (11110)	1.1.01.01	55.668,89D	65.317,74D
=CAIXA		*****55.668,89D	*****65.317,74D
BANCOS C/ MOVIMENTO (11200)			
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (11203)	1.1.02.03	184,70D	0,00D
BANCO CEF CTA 2352-1 (11217)	1.1.02.17	0,00	0,00
BANCO DO BRASIL CTA 118.169-6 (13426)	1.1.02.23	52,64D	0,00
=BANCOS C/ MOVIMENTO		*****237,34D	*****0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (11300)			
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (11301)	1.1.03.01	16.228,89D	62.919,23D
=APLICAÇÕES FINANCEIRAS		*****16.228,89D	*****62.919,23D
IMPOSTOS A RECUPERAR (11500)			
I.R.R.F (11502)	1.1.05.02	728,29D	1.241,42D
INSS (11509)	1.1.05.09	5,36D	5,36D
=IMPOSTOS A RECUPERAR		*****733,65D	*****1.246,78D
=Total - CIRCULANTE		*****72.868,77D	*****129.483,75D
ATIVO PERMANENTE (13000)			
IMOBILIZADO (13200)			
IMÓVEIS (13201)	1.3.02.01	154.614,45D	154.614,45D
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (13203)	1.3.02.03	10.432,45D	10.432,45D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS (13204)	1.3.02.04	19.561,47D	19.561,47D
VEÍCULOS (13205)	1.3.02.05	42.431,25D	51.000,00D
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS (13207)	1.3.02.07	26.400,00D	26.400,00D
OUTROS BENS (13208)	1.3.02.08	13.774,94D	13.774,94D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ART. RELIGIOSOS (13209)	1.3.02.09	1.730,71D	1.730,71D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS - GAB. DENTÁRIO (13210)	1.3.02.10	6.952,19D	6.952,19D
=IMOBILIZADO		****275.897,46D	****284.466,21D
=Total - ATIVO PERMANENTE		****275.897,46D	****284.466,21D
=Total - ATIVO		****348.766,23D	****413.949,96D
***** (XXXXX) *****			

ASSISTENCIA SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLORIA(00096)

Balço Patrimonial Encerrado em 31/12/2017

Diário: 21

Folha: 65

Descrição	Classificação	Exercicio Anterior	Exercicio Atual
PASSIVO (20000)			
CIRCULANTE(21000)			
FORNECEDORES (21100)			
FORNECEDORES DIVERSOS (21101)	2.1.01.01	0,00	0,00
FLAIRE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (72288)	2.1.01.99	0,00	0,00
=FORNECEDORES		*****0,00	*****0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER (21400)			
CONT. SINDICAL A RECOLHER (21401)	2.1.04.01	86,98C	108,65C
PIS A RECOLHER (21403)	2.1.04.03	199,84C	165,17C
F.G.T.S A RECOLHER (21404)	2.1.04.04	483,23C	205,87C
I.N.S.S A RECOLHER (21405)	2.1.04.05	1.330,17C	991,00C
=CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER		*****2.100,22C	*****1.470,69C
CONTAS A PAGAR (21500)			
ORDENADOS E SALÁRIOS A PAGAR (21501)	2.1.05.01	4.461,46C	1.460,21C
HONORÁRIOS A PAGAR (21503)	2.1.05.03	420,00C	460,00C
=CONTAS A PAGAR		*****4.881,46C	*****1.920,21C
PROVISÕES (21700)			
PROVISÃO PARA 13º SALÁRIO (21703)	2.1.07.03	0,00	0,00
=PROVISÕES		*****0,00	*****0,00
=Total - CIRCULANTE		*****6.981,68C	*****3.390,90C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (24000)			
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS (24400)			
LUCROS ACUM. EXERC. ANTERIORES (24401)	2.4.04.01	368.320,56C	437.095,07C
PREJUÍZOS ACUM. EXERC. ANTERIORES (24402)	2.4.04.02	26.536,01D	26.536,01D
=LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		****341.784,55C	****410.559,06C
=Total - PATRIMÔNIO LÍQUIDO		****341.784,55C	****410.559,06C
=Total - PASSIVO		****348.766,23C	****413.949,96C
***** (XXXXX) *****			

Apêndice 4: Demonstração do Resultado de Exercício 2017

ASSISTENCIA SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLORIA(00096)			Diário :21	Folha: 61
Demonstração do Resultado do Exercício de 02/01/2017 até 31/12/2017				
Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual	
RECEITAS				
RECEITAS OPERACIONAIS				
RECEITA				
DOAÇÕES PESSOA FÍSICA	3.1.01.08	31108	23.896,85C	
DOAÇÕES PESSOA JURÍDICA	3.1.01.09	31109	18.281,00C	
DOAÇÕES DE EMENDA PARLAMENTAR	3.1.01.10	31110	51.000,00C	
=RECEITA			*****93.177,85C	
RECEITAS FINANCEIRAS				
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.1.03.01	31301	2.956,91C	
=RECEITAS FINANCEIRAS			*****2.956,91C	
=Total - RECEITAS OPERACIONAIS			*****96.134,76C	
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS				
RECEITAS				
CONTRIBUIÇÕES	3.2.01.02	32102	25.362,00C	
RECEITAS DE BAZAR	3.2.01.05	32105	20.938,70C	
RECEITAS DE EVENTOS E PROMOÇÕES	3.2.01.07	32107	549,04C	
RECEITAS DE ESPÓRTULAS	3.2.01.08	32108	4.219,50C	
PROGRAMA AUX. FAMILIA CARENTES	3.2.01.16	32116	27.011,75C	
=RECEITAS			*****78.080,99C	
=Total - RECEITAS NÃO OPERACIONAIS			*****78.080,99C	
=Total - RECEITAS			****174.215,75C	
DESPESAS				
DESPESAS OPERACIONAIS				
DESPESAS COM PESSOAL				
ASSISTENCIA MÉDICA/FARMÁCIA	4.1.02.03	41203	2.007,40D	
F.G.T.S	4.1.02.04	41204	18.592,74D	
FÉRIAS	4.1.02.05	41205	2.223,34D	
RESCISÃO DE CONTRATO	4.1.02.08	41208	6.190,32D	
VALE TRANSPORTE	4.1.02.10	41210	4.561,53D	
13º SALÁRIO	4.1.02.12	41212	1.450,83D	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.1.02.14	41214	409,57D	
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL	4.1.02.17	41217	438,44D	
ORDENADOS E SALÁRIOS	4.1.02.18	41218	25.449,41D	
CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL	4.1.02.19	41219	207,60D	
=DESPESAS COM PESSOAL			*****61.531,18D	
DESPESAS GERAIS				
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	4.1.03.02	41302	6.050,00D	
AGUA E ESGOTO	4.1.03.03	41303	4.459,69D	
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	4.1.03.10	41310	540,00D	

ASSISTENCIA SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLORIA(00096)
 Demonstração do Resultado do Exercício de 02/01/2017 até 31/12/2017

Diário :21 Folha: 62

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
DESPESAS POSTAIS	4.1.03.15	41315	490,35D
ENERGIA ELÉTRICA	4.1.03.16	41316	3.997,01D
IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS	4.1.03.18	41318	92,66D
DESPESAS COM MATERIAL DE ESCRITÓRIO	4.1.03.21	41321	1.193,70D
SEGUROS	4.1.03.22	41322	404,68D
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	4.1.03.23	41323	477,36D
SERV. PRESTADOS PESSOA FÍSICA	4.1.03.24	41324	1.255,50D
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURÍDICA	4.1.03.25	41325	600,00D
TELEFONE	4.1.03.27	41327	3.721,48D
DESPESAS COM ORNAMENTAÇÃO	4.1.03.33	41333	35,00D
DESPESA COM MATERIAL DE CONSUMO	4.1.03.34	41334	9.334,11D
DESPESAS COM XEROX	4.1.03.36	41336	549,36D
DESPESAS COM CARTÓRIO	4.1.03.37	41337	685,79D
DESPESAS COM OFICINAS	4.1.03.38	41338	254,16D
DESPESAS COM EVENTOS E PROMOÇÕES	4.1.03.59	41359	393,00D
DESPESA COM DEPRECIAÇÃO	4.1.03.60	41360	1.931,25D
DESPESAS COM MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E REPAROS	4.1.03.65	41365	3.450,30D
DESPESAS COM ASSISTIDOS	4.1.03.67	41367	390,96D
DESPESA COM CESTA BÁSICA	4.1.03.68	41368	122,11D
DESPESAS COM PROJETOS	4.1.03.69	41369	675,70D
=DESPESAS GERAIS			*****41.104,17D
DESPESAS FINANCEIRAS			
DESPESAS BANCÁRIAS	4.1.04.03	41403	1.030,50D
=DESPESAS FINANCEIRAS			*****1.030,50D
DESPESAS TRIBUTÁRIAS			
I.P.T.U	4.1.05.03	41503	605,84D
PIS S/ FOLHA DE PAGAMENTO	4.1.05.08	41508	375,96D
I.P.V.A	4.1.05.11	41511	793,59D
=DESPESAS TRIBUTÁRIAS			*****1.775,39D
=Total - DESPESAS OPERACIONAIS			****105.441,24D
=Total - DESPESAS			****105.441,24D
RESULTADO DO EXERCÍCIO			
<hr/>			
RECEITAS ----->	174.215,75C		
DESPESAS + CUSTO----->	105.441,24D		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	*****68.774,51		
<hr/>			

***** (XXXXX) *****